

Fantasma do Fundo

Geral Brasil

A maior tragédia brasileira hoje não pode ser vista a curto prazo: a distância na linha do horizonte, essa tragédia nacional só ficará clara quando o país começar a sentir os efeitos da falta de investimentos de longo prazo, bloqueados pelo estreitamento da poupança interna, o comprometimento total das receitas estaduais com despesas de custeio e as restrições aos investimentos diretos estrangeiros.

Esse cenário sombrio tem, contudo, alternativas estruturadas e possíveis. O Plano Bresser, ainda quando se possa discutir a proposta de aumento rápido de acumulação de poupança no setor público, abre uma válvula ao transferir o papel de carro-chefe dos investimentos para o setor privado. A conversão de dívida externa em capital fixo é outra tábua de salvação. A terceira depende dos caminhos que o Brasil escolher para se reintegrar na comunidade financeira internacional.

É nesse último ponto que a entrevista do diretor-geral do FMI, Michel Camdessus, ao JORNAL DO BRASIL, deveria ser atentamente considerada. "Os países que buscam refúgio no isolacionismo" — diz ele — "estão condenados à miséria." Camdessus é suficientemente realista para concordar quanto à extensão das responsabilidades pelo quadro generalizado de protecionismo, alto endividamento, aumento dos riscos financeiros internacionais e isolamento de países do terceiro mundo. Não foram as nações pobres as únicas culpadas pela crise da dívida externa: o gigantesco déficit público americano e os persistentes superávits do Japão — que exportou o desemprego para o resto do mundo — e de alguns países europeus, a começar pela Alemanha, contribuíram para alargar o fosso entre o Norte e o Sul, entre nações ricas e pobres. Quanto maior o protecionismo americano, mais apertará o cinto na Coréia ou no Brasil, e assim por diante.

A alternativa para uma crise que não é apenas brasileira e sim internacional pode, porém, seguir dois caminhos: o primeiro é o fechamento das fronteiras, com um isolamento crescente. O segundo é o retorno à mesa de negociações e à cooperação internacional.

Não se tem como voltar a um ponto de equilíbrio sem que o Brasil defina claramente, dentro das suas próprias fronteiras, o que ele quer politicamente de si mesmo e do mundo. A recente convenção do PMDB demonstrou que há um vácuo de decisões econômicas importantes por parte dos melhores cérebros do partido majoritário, que não conseguiram remover o passado de palanque da frente de suas cogitações para o futuro. Economistas como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Luciano Coutinho e outros foram capazes de produzir diagnósticos, sem apontar soluções, seguramente porque as soluções requerem compromissos insuportáveis para os segmentos mais populistas ou mais radicais do partido a que pertencem.

O Brasil não pode, porém, ceder ao populismo, nem cair na tentação do isolacionismo ao qual se referiu o diretor-geral do Fundo Monetário, tomando o cuidado de falar em tese, para não interferir nos assuntos internos deste país. O isolacionismo implica manter a comunidade financeira internacional a distância, e, até mesmo, em afastar soluções duradouras, muito melhores que o modelo de endividamento financeiro via empréstimos bancários. Solução duradoura é converter dívida em capital, o que está sendo amplamente aceito por investidores estrangeiros, os quais claramente admitem trazer capital novo para cada cruzeiro de dívida antiga convertida.

Isso, somado à capitalização das empresas e à disponibilidade do lucro para investimento, em lugar da mendicância pela poupança sob controle do Estado, seguramente abrirá perspectivas muito melhores e mais promissoras para o futuro. O trágico, para o Brasil, será insistir na dúvida, na transformação do FMI em fantasma de palanque e outras estratégias populistas que retardem os investimentos desesperadamente necessários para acompanhar o milhão — ou mais — de braços que chegam ao mercado de trabalho todos os anos em busca de emprego. Os quais, sem horizontes, vão tornar miserável a vida nas cidades e espalhar o subdesenvolvimento até nas regiões hoje mais ricas e prósperas, como o eixo Rio-São Paulo.